

CONSERVAR E APRESENTAR: REFLEXÕES GEOGRÁFICAS SOBRE O ESPAÇO-TEMPO DO PATRIMÔNIO

Thomaz Menezes Leite

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Programa de Pós Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
thomazml@ufrj.br

RESUMO

As discussões sobre patrimônio e patrimonialização têm ganhado relevância e destaque em diversos campos científicos assim como na sociedade. Apesar de tardia, a presença de geógrafos nos debates e suas contribuições sobre o assunto têm se consolidado. O artigo tem como hipótese que o patrimônio é uma categoria de pensamento que possibilita o reconhecimento de novas relações espaço-temporais a partir do estudo de caso de ações de patrimonialização. Para testar tal hipótese, foi realizada uma análise fundamentada na ideia de narrativa de três objetos emblemáticos: o Parque Nacional de Itatiaia, as cidades históricas de Minas Gerais e o Parque do Aterro do Flamengo. Descobriu-se que os tempos-verbais que caracterizariam os casos, respectivamente, seriam o mitológico, o pretérito-mais-que-perfeito e o inédito pretérito do futuro. Conclui-se que admitir o patrimônio como categoria de pensamento para a Geografia permite não só a descoberta de situações singulares de espaço-tempo, mas também analisar o patrimônio, a patrimonialização e suas consequências a partir de um novo ponto de vista.

Palavras-chave: Geografia e patrimônio. Parque Nacional de Itatiaia. Cidades históricas mineiras. Parque do Flamengo.

TO CONSERVE AND PRESENT: GEOGRAPHICAL REFLECTIONS ON HERITAGE'S SPACE-TIME

ABSTRACT

Heritage and patrimonialization's discussions have gained relevance and prominence in several scientific fields as well as in society. Although late, geographer's presence in debates and their contributions on the subject are consolidating. The article's hypothesis is that heritage is a category of thought that enables the recognition of new spatio-temporal relationships from the case study of heritage actions. To test this hypothesis, an analysis of three emblematic objects was carried out, based on the narrative idea: the Itatiaia National Park, the historic cities of Minas Gerais and the Aterro do Flamengo Park. It was discovered that the verb tenses that would characterize the cases, respectively, would be the mythological, the past perfect and the unprecedented past tense of the future. It is concluded that admitting heritage as a category of thought for Geography allows not only the discovery of singular space-time situations, but also to analyze the heritage, the patrimonialization and its consequences from a new point of view.

Keywords: Geography and heritage. Itatiaia National Park. Historical Minas's towns. Flamengo Park.

INTRODUÇÃO

Palavra usada no senso comum, o patrimônio está presente no cotidiano das pessoas. Como exemplo identitário, motivo de orgulho, como reverência a algo, ou alguém, como reserva ou acúmulo de valor, como resquício de um passado que não é mais, os usos do termo variam (GONÇALVES, 2003). Diversos trabalhos estudam a evolução do conceito, dos significados atribuídos, das disputas, tanto com uma perspectiva mais geral (CHOAY, 2001) como se concentraram em casos específicos, como no Brasil (SANTOS, 2012) Com a crescente valorização do passado como ferramenta de criação de identidade, de diferenciação (ABREU, 1998), é notável o crescente destaque do patrimônio na atualidade.

O aparente aumento de interesse no termo também é verificado na Academia e na Geografia (HERZOG, 2011; MELO FILHO, 2017). O patrimônio é tema de pesquisas, publicações, encontros, livros e inclusive de linhas de mestrados profissionais no Brasil. Não é de se espantar, portanto, que haja uma grande

diversidade de trabalhos e perguntas dirigidas ao tema. Dentro das inúmeras questões que se colocam sobre o assunto, este texto gostaria de refletir sobre a peculiaridade espaço-temporal que a existência do patrimônio sugere.

O que se quer aqui é apontar as possibilidades de diferentes temporalidades e espacialidades que o patrimônio contém quando da escolha, identificação e invenção do objeto como patrimônio. Não é inédito o reconhecimento de que o patrimônio consegue comportar uma multiplicidade de práticas espaço-temporais distintas e muitas vezes divergentes, o que pode gerar conflitos. Contudo, o que está se propondo discutir neste trabalho é na capacidade que o patrimônio tem em propor novas temporalidades e espacialidades.

Da mesma forma com que Gonçalves (2003) insiste que o patrimônio é uma categoria útil para os antropólogos entenderem outra cultura, sugere-se que também é uma categoria interessante para a Geografia pensar novas relações espaço-temporais. Logo, ao invés de partir de concepções prévias de espaço-tempo, e usar os exemplos de bens patrimonializados como estudos de caso para ver a possível diversidade que esses bens podem acomodar, deseja-se nesse trabalho realizar o inverso: pensar nas novas possibilidades de relações espaço-temporais que os casos de estudo desses bens sugerem.

O texto se divide em três partes. Na primeira, discute-se a partir da bibliografia sobre o tema como o Patrimônio se inscreve espacialmente, e como isso tem possibilitado a Geografia de se inserir nos debates sobre o tema. Na segunda parte discorre-se sobre a característica do patrimônio que possibilita novas discussões sobre espaço e tempo a partir da ótica da Geografia. Também é apresentado de forma mais detalhada como foram realizadas as escolhas e subseqüentes análises dos bens patrimonializados. A terceira parte do texto será dedicada aos resultados da investigação realizada quanto aos três casos escolhidos: o Parque Nacional de Itatiaia, as cidades históricas de Minas Gerais e o Parque do Aterro do Flamengo.

A ESPACIALIDADE DO PATRIMÔNIO E A GEOGRAFIA

O patrimônio é bastante discutido na Academia, possuindo uma pluralidade tanto temática quanto de áreas da ciência interessadas em contribuir. Assim, arquitetos, sociólogos, historiadores, urbanistas, antropólogos, geógrafos, dentre outros profissionais, produzem reflexões e trabalhos dedicados ao assunto, muitas vezes a partir de pesquisas conjuntas e/ou complementares. O patrimônio é inegavelmente um tema transversal e possui uma tradição singular de trabalhos para se pensar a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, além dos limites e aproximações entre os próprios campos científicos.

A diversidade de pontos de vista se traduz em uma grande variedade de perguntas direcionadas ao objeto de pesquisa. Muitos trabalhos tratam sobre a consolidação e mudanças no conceito de patrimônio no mundo e/ou no Brasil (FONSECA, 2005[1997]; CHOAY, 2001; POULOT, 2012; SANTOS, 2012) ou de suas ramificações como, por exemplo, o patrimônio cultural (FONSECA, 2003; CHUVA, 2012) ou patrimônio natural (DELPHIM, 2004; SCIFONI 2006a, 2006b, 2018). As pesquisas demonstram a polissemia do termo, variando da concepção do patrimônio como um monumento, como um documento, até como um produto mercantilizado principalmente pelo setor turístico (CHOAY, 2001; PAES-LUCHIARI, 2009, 2010; CARLOS, 2017). A definição do que seria exatamente o patrimônio, portanto, está em disputa e se amplia principalmente a partir da “[...] inclusão de novos tipos de bens e alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior das quais esses bens se inscrevem.” (CHOAY, 2001, p. 12).

De fato, as discussões sobre o termo se desenvolvem em grande parte justamente pelas ações de patrimonialização¹, seja o tombamento de novos bens, a criação de novas leis, as mudanças institucionais, a formação de pessoal ou a gestão dos objetos. Para entender a história do conceito se dialoga com a história das ações e de objetos tombados em uma relação de interdependência, já que a mudança na definição permite a incorporação de novos bens ou alteração no tratamento dos bens já tombados e a prática da patrimonialização redefine os termos de discussão do conceito. Assim, é comum nos trabalhos que pretendem realizar uma historiografia do campo ou do termo realizarem histórias de ações/objetos e do conceito, por vezes apresentadas separadas, mas sempre em diálogo.

Uma das razões para a citada interdependência entre o conceito e as práticas é de que o patrimônio, mais do que um instrumento epistêmico, é um termo normatizado em lei (FONSECA, 2005[1997]). Logo, as

¹ Sobre questões da patrimonialização, ver Jeudy (2005) e Di Méo (2007).

discussões sobre a palavra não possuem apenas caráter acadêmico/científico, mas envolvem disputas políticas e conflitos de interesses diversos da sociedade em geral². Essa característica é significativa, pois evidencia a importância de determinados aspectos do fenômeno e estabelece categorias privilegiadas para pensá-lo: os atores, os objetos em si, as normas e leis, os conflitos entre formas de apropriação e visão, a diferença entre o legislado (*de jure*) e o aplicado (*de fato*), as diferentes e/ou divergentes experiências de implementação em cada Estado, as principais escalas de efetivação, de disputa e de debate, dentre outros.

Seja tratando do objeto tombado em si ou o processo de patrimonialização, a necessária inscrição dos mesmos garante a eles uma dimensão espacial. Di Méo (1995, p. 20-21) cita em seu artigo duas consequências principais da dinâmica do patrimônio: a de dotá-lo (o objeto) de uma dimensão espaço-territorial e ser uma dialética entre material/imaterial ou concreto/abstrato. É importante frisar que a espacialidade do patrimônio não se limita a uma discussão sobre a materialidade. Fonseca (2003), usando o termo “patrimônio intangível”, afirma que mesmo as práticas ou manifestações culturais “intangíveis” precisam ser efetivadas, ou seja, existem na materialidade. Ousando um pouco mais, é possível sugerir que essas próprias práticas e manifestações, mesmo que ainda não materializadas, são organizadas segundo um raciocínio geográfico (GOMES, 2017). A própria definição de espaço de Santos (1996), como sendo um resultado da inseparabilidade do sistema de objetos e sistema de ações, torna evidente a capacidade da Geografia em contribuir para entender o fenômeno dual patrimônio/patrimonialização.

Apesar da demora em se estabelecer no campo e o pouco protagonismo na discussão (VESCHAMBRE, 2007; MELO FILHO, 2017), a Geografia tem um interesse crescente na temática, principalmente a partir de suas características territoriais, sociais e políticas, normalmente priorizando mais o processo de patrimonialização do que o objeto em si (HERZOG, 2011). Veschambre (2007) reconhece em seu artigo três grandes aproximações nas pesquisas dos geógrafos: uma que privilegiaria a gestão e o desenvolvimento do território, principalmente sob a ótica turística; outra que, a partir do conceito de paisagem, se aproximaria de um estudo de representação e meio, correlacionando-se com uma geografia social ou urbana; por fim, uma que evidenciaria questões de identidade, associando-se com uma geografia cultural ou mesmo histórica. A bibliografia consultada aponta que as abordagens geográficas também privilegiam três conceitos já bem estabelecidos no campo: o território, a paisagem e a escala.

Para Di Méo (1995, p. 16), há três principais razões pelas quais pensar o território seria interessante ao se trabalhar com o patrimônio. A primeira seriam as correspondências entre os conceitos: natureza dupla material/ideal, inscrições do tecido social na continuidade histórica que se constituem como fenômenos culturais, agência como mediadores interpessoais para cimentação identitária, dentre outras. A segunda seria uma derivação semântica que ligam os conceitos: como entender a territorialidade sem conferir à mesma um valor patrimonial? Ou, como interpretar o patrimônio sem considerar o espaço em que está inscrito? A terceira razão se refere aos estreitos laços que unem ambos os conceitos na formação da ligação entre o indivíduo (ou coletivo) e o lugar.

Dessa terceira relação, Piveteau (1995) discorre mais profundamente. Considerando o espaço necessário para inscrição do tempo e presentificação da memória, o autor vê no território o instrumento de diálogo entre esses dois pólos. É o território que permite a secção do espaço, a nomeação do mesmo pela memória, para ser revivido constantemente. Mais do que isso: ele permite um ajuntamento de diferentes memórias, produzidas por atores de naturezas diversas (o indivíduo, o Estado), com ritmos temporais distintos, com processos de esquecimentos e intensificações identitárias. É no território que esse conjunto de sentidos se acumula. Piveteau (1995) traça uma relação direta entre o território e o lugar de memória apresentado por Nora (1984).

Ribeiro (2007) alerta em seu livro quanto à polissemia do termo “paisagem”, indicando que a escolha do embasamento teórico inevitavelmente muda a forma de tratamento da questão e dos resultados obtidos. No caso do patrimônio muito se deve não apenas a longa tradição geográfica de discussões sobre o conceito, mas também, principalmente, porque a partir de 1992 a UNESCO estabelece a Paisagem Cultural como uma categoria de inscrição, tornando a Paisagem, além de um conceito científico, um instrumento de patrimonialização. Há com isso uma aparente indefinição no que diz respeito ao conceito em seu uso para pesquisar o tema.

² Não está se negando aqui que a Academia ou a própria ciência possuam uma dimensão política, de conflitos e interesses diversos, como bem apresentados por Bourdieu (2005[1984]), mas afirmando-se que, em se tratando de uma norma legislada, o fenômeno muda de escopo e tais disputas são de uma diferente natureza.

É evidente o aumento da relevância da paisagem na criação, gestão e ordenamento do patrimônio, desde então. Eventos como a Convenção Europeia da Paisagem, em 2000 (EUROPE, 2000), revelam os esforços em criar definições comuns de paisagem, e que suscitaram a criação de políticas públicas e práticas normatizadas conjuntas para a valorização da paisagem, através da gestão, integração e estímulos na formação educacional (GONÇALVES E CURADO, 2017).

Mas, se havia uma tentativa de incorporação das discussões da geografia sobre a paisagem para pensar o patrimônio, a criação dessa categoria fez com que o termo fosse operacionalizado de forma diversa e quase que autônoma. Assim, não é incomum vermos diversos trabalhos que se referem a diferentes interpretações de “paisagens”, o que acaba causando dificuldades nas discussões, ou mesmo na prática de patrimonialização. Há com isso uma aparente indefinição no que diz respeito ao conceito em seu uso para pesquisar o tema, por mais que haja um evidente em se padronizar a normatização do mesmo (GONÇALVES E CURADO, 2017). Esse aumento de importância do conceito torna relevantes as contribuições dos geógrafos sobre a paisagem para a incorporação de toda a discussão do conceito para a consolidação do termo na área.

Como dito anteriormente, o fato de o patrimônio ser tanto um conceito epistêmico quanto uma norma legislada, tornam a escala uma categoria interessante para entender o fenômeno. Melo Filho (2017) aponta quatro principais escalas para pensar o fenômeno: a global, nacional, regional e local. O geógrafo aprofunda em outro trabalho (MELO FILHO, 2018) a compreensão de que a negociação necessária entre as diferentes normas e usos torna o patrimônio um espaço político por excelência. Nesse sentido, o patrimônio possui uma relação de cooperação com essas escalas: da mesma forma com que elas são mobilizadas para se pensar o tema, o uso acaba reforçando seu respectivo papel e capacidade explicativa.

A significativa contribuição e a importância do patrimônio para o fortalecimento de uma ideia do Estado-Nação não são uma novidade entre os estudos na área (CANCLINI, 1994; CHOAY, 2001; ANDERSON, 2008; POULOT, 2012). O que se afirma aqui é que, além da consolidação de um ideário nacional, o patrimônio promove a própria escala nacional como uma escala relevante para se pensar a sociedade no todo ou o fenômeno específico, tanto por este servir como apresentação/representação do que se quer criar como uma Nação, quanto porque, sendo norma, é discutido e decidido politicamente, em sua última instância, a nível nacional. Reconhecendo a multi-escalaridade da questão, diversos trabalhos pensam as escalas em oposição, como, por exemplo, a escala nacional e a global (LEAL, 2010) ou local e global (PAES-LUCHIARI, 2009, 2010), e suas consequências. Ou refletem a partir de uma escala que permita entender a transnacionalidade dos esforços conservacionistas ou a atuação de organizações internacionais, como o ICOMOS, e da noção de patrimônio mundial e a problemática de um “bem comum” à Humanidade (HERZOG, 2011).

A Geografia mobiliza, portanto, o patrimônio ao questionar os sentidos e os valores dos objetos tombados, dos lugares, das possíveis construções identitárias e da força, conflito e disputa de representação dos atores (VESCHAMBRE, 2007). Outras análises também se apóiam na espacialidade do fenômeno para entender as políticas de patrimonialização, como a análise da distribuição espacial dos bens tombados para entender os critérios de tombamento (RUBINO, 1996) ou as estratégias geopolíticas em diferentes escalas que se utilizam do patrimônio para serem efetivadas (MELO FILHO, 2017).

A própria participação dos geógrafos nos processos de patrimonialização traz questões, como a dificuldade da inserção entre os profissionais responsáveis, as disputas internas por controle desse espaço, o apagamento de suas contribuições e o não reconhecimento de competências dos mesmos no campo (HERZOG, 2011; MELO FILHO, 2017). Essa participação ainda não é muito estudada no Brasil, embora o tema de sobre quem possui legitimidade para decidir o que deve ou não ser tombado, assinar laudos ou definir estratégias de preservação seja presente nos estudos sobre patrimônio no país (CHUVA, 2009).

O PATRIMÔNIO COMO SITUAÇÃO ESPECIAL DE ESPAÇO-TEMPO

Se, como exposto, a espacialidade do fenômeno que permite uma análise geográfica e a utilização de conceitos já consolidados nesta área da ciência é um campo fértil para geógrafos, na ideia intrínseca ao patrimônio existe uma riqueza adicional a ser explorada pela Geografia. Essa investigação seria interessante não só para pensar o fenômeno citado em específico e contribuir nas discussões sobre o tema, mas como também para usar casos concretos de objetos patrimonializados a fim de refletir sobre a própria Geografia.

A ideia intrínseca ao patrimônio, grosseiramente resumindo, seria de que se faz necessário, para preservar valores que são considerados constituintes da sociedade ou de certos grupos sociais, eleger um objeto específico, acrescê-lo de, ou reconhecer nele, tais valores e criar estratégias para mantê-lo. Há inegavelmente uma ação concreta que visa inventar³ nesse objeto escolhido tanto a capacidade de conservar quanto a de representar/apresentar os valores desejados. Assim, mais do que dotar o bem de uma dimensão espaço-territorial, como afirma Di Méo (1995, p.20-21), a dinâmica do patrimônio inventa uma ou mais formas de organização espaço-temporais necessárias para esse objeto cumprir o seu papel de alegoria (ou apresentação) e preservação.

É importante lembrar que, mais do que uma substituição, essa invenção é uma inclusão. Isso porque as novas formas de organização não necessariamente vão suprimir as formas anteriores de apropriação do objeto por parte da sociedade, ou de grupos sociais específicos, que em certas ocasiões são diferentes dos que patrimonializaram o bem. Inclusive, há casos em que esse processo de inclusão provoca uma resposta não prevista de resignificação e reapropriação do objeto por outros grupos sociais, o que pode gerar disputas e conflitos. Aliás, só a dualidade da função patrimonial em preservar/conservar e simultaneamente representar/apresentar por vezes já torna as próprias invenções contraditórias e divergentes.

A razão dessa possibilidade de conflito está no que Gonçalves (2004 [1996]) apresenta como um paradoxo do patrimônio: o discurso conservacionista, preocupado com a destruição inerente ao processo histórico, precisa inventar uma narrativa que materialize e cristalice um passado em objetos ou prosa, mas, ao fazê-lo, reforça o processo de destruição e homogeneização desse passado. A forma de cristalização desses objetos, para ele, é ativamente criar uma distância em tempo e espaço que permita transformá-los numa entidade estável e permanente, dotada de coerência e continuidade (GONÇALVES, 2004[1996]). Aqui, interpreto criar esse distanciamento como incluir nesses objetos a serem cristalizados outros tempos e outros espaços. Assim, o citado paradoxo faz com que haja necessidade de o objeto conter tanto um espaço e tempo diferente da sociedade atual, para sua cristalização e preservação, mas, por também estar inscrito como apresentação, ou alegoria, precisa ter uma organização espaço-temporal correspondente que permita o diálogo para com essa sociedade.

A coexistência simultânea de diferentes tempos não é uma novidade na literatura científica. Braudel (1965[1958]) discute em seu artigo as diferenças do tempo segundo sua duração específica, reconhecendo a copresença de tempos como os longos e curtos. Le Goff (1995[1977]) ao estudar medievo europeu reconhece uma transição conflituosa entre o tempo eclesiástico e o tempo dos burgueses, nas então crescentes cidades da época. O historiador, em outro trabalho (1990), apresenta como o passado é construído em diversas culturas, com a noção de tempo sendo diferente nas mesmas.

Da mesma forma, o espaço não é único ou dado, mas também criado e múltiplo. Seja considerando o espaço como um resultado da inseparabilidade do sistema de objetos e sistema de ações como propõe Santos (1996) ou mesmo considerando um espaço como Aberto como propõe Massey (2008), é inegável que as sociedades não apenas existem em um espaço “pré-dado”, mas ativamente o constroem (CRANG, 2005, p.203)⁴.

Partindo do pressuposto de que o espaço e o tempo são indissociáveis e que a definição de um depende da definição do outro (SANTOS, 1996; CRANG, 2005), faz sentido afirmar que se há no patrimônio um acúmulo de diferentes espaços, há necessariamente de tempos, e vice-versa. Essa coexistência de espaços e tempos diferentes, e por vezes conflitantes, é algo comum nos patrimônios (na verdade, a tese aqui é que é algo essencial a eles). O que reforça a ideia de *chronogenèse* proposta por Heritier (2013) é justamente a capacidade do objeto estudado, no caso os parques nacionais canadenses, conseguir unir quatro tempos diferentes: um tempo geológico, outro geomorfológico, outro da ocupação humana e, por fim, um tempo da nação canadense. É esse acúmulo de tempos que permite aos visitantes criarem um sentimento de continuidade e identidade, atendendo a função proposta pelo patrimônio.

Ao analisar o que identificou como “Memória das Cidades”, Abreu (1998) vê que a construção dessa memória se passa pelo reconhecimento nesses objetos em possuir a capacidade de integrar o espaço social e o espaço concreto, tanto de um acúmulo histórico quanto de um presente de coexistências. Isso

³ Inventar aparece aqui como o resultado de uma agência humana, como visto em Hobsbawm e Ranger (1997), similar a “imaginação” aventada por Anderson (2008), não como uma denúncia iconoclasta a uma suposta falsidade na atribuição de novos sentidos e valores aos objetos tombados decorrentes do processo de patrimonialização.

⁴ Para maiores discussões sobre as relações espaço-tempo, ver Harvey (1990), Santos (1994; 1996), Crang (2005), Massey (2008)

possibilita que as pessoas, e principalmente, para ele, os geógrafos, possam construir e interpretar a história do e no lugar, aliando singularidade e contexto. É possível, ao incorporar sua leitura do trabalho de Nora (1984) com a de Pivetau (1995), afirmar que o(s) espaço(s) serve(m) de inscrição da memória, mas, como a inscrição é produto de diferentes atores, além de acúmulo de intenções e ritmos temporais distintos, é possível falar de espaços no plural.

É esse acúmulo de tempos e espaços, ou ao menos a tentativa de inclusão dos mesmos a partir da ação da patrimonialização que provoca os conflitos quando são materializados. A tensão entre a necessidade de preservação e de apresentação, além das outras formas de apropriação por parte da sociedade dos objetos, é algo inerente ao patrimônio, mesmo em suas variadas adjetivações, como histórico, cultural ou natural. Essa característica do patrimônio também é compartilhada por outro tema muito discutido na atualidade: a própria natureza em si.

De fato, a natureza, ou melhor, a ideia de conservacionismo e proteção da natureza (FRANCO, 2013), também se constrói ante ao temor da destruição e perda irreparáveis devido a ação antrópica. Também visa dotar territórios delimitados de outros tempos e espaços, para cristalizar e preservar. A natureza também é, além de um conceito, um termo normatizado (MEDEIROS, 2006), fazendo que diversas categorias que são privilegiadas para se pensar o patrimônio, como os atores, as estratégias, as escalas (BROWN e PURCELL, 2005), dentre outras anteriormente citadas, sejam igualmente privilegiadas para se pensar a preservação natural.

Não é de se espantar, portanto, que o pensamento patrimonial em muito se assemelhe ao pensamento conservacionista (SCIFONI, 2018), inclusive com pontos de intersecção, quando pensamos em categorias como Patrimônio Natural, Patrimônio Genético, ou mesmo em objetos como, por exemplo, os Parques Nacionais. A própria história do patrimônio muitas vezes se confunde com a história da preservação da Natureza. Se os instrumentos de tombamento, os atores responsáveis pelo processo ou objetos escolhidos podem ser diferentes em alguns casos, as categorias que eles mobilizam e se inscrevem e a necessidade de inclusão de outro tempo-espaço (ou mais) para conter a destruição são comuns a ambos os temas. Até na diversidade sobre o conceito de Natureza pode ser traçado um paralelo com a diversidade da ideia de patrimônio, provocando a mesma dualidade de recíproca entre as mudanças na escolha e gestão dos objetos a serem preservados e as mudanças no próprio conceito.

Essa característica compartilhada com a natureza aumenta o número de casos passíveis de estudo para apreender novos espaços e tempos, e novas relações espaço-temporais correspondentes, o que pode enriquecer a própria noção de geografia. Mas, é afirmado que novas e inéditas relações podem aparecer, não se está com isso dizendo que o patrimônio comporta qualquer noção de tempo ou de espaço. O que acarreta a questão: como identificar, ou mesmo imaginar de forma arrazoada, esses novos espaços?

Heritier (2013) propõe que se interprete o patrimônio como uma narrativa, reconhecendo três dimensões em ambos: a retrospectiva, a introspectiva e a prospectiva. A primeira permitiria a uma sociedade olhar o passado para dele retirar formas, lugares ou objetos e acrescê-los de um status simbólico. A segunda é introspectiva na medida em que questiona um presente baseado nessa relação com o passado. Finalmente, a terceira é prospectiva (ou projetiva), na medida em que a articulação entre as duas primeiras dimensões revela que o patrimônio carrega em si um projeto de sociedade ou uma finalidade (estética, política e/ou social). São três dimensões que interagem entre si e não podem ser analisadas singularmente, já que uma interfere diretamente na outra. É pensando nessas dimensões que é possível criar categorias de análise para interpretar cada caso. Os objetos tombados e os significados, na primeira; os atores do presente e a relação para com o passado que eles querem promover, na segunda; e o objetivo da patrimonialização na terceira.

Das muitas características a serem notadas nessas categorias, optou-se por focar nas que permitam pensar sobre o espaço e o tempo do caso. Os objetos dão um tempo próprio para cada lugar, apesar do movimento global da universalização dos tempos (SANTOS, 1996:105-108). Existe uma especificidade do tempo concreto (SANTOS, 1996:102-103) revelada não só pela "idade dos objetos" em uma categoria abstrata, mas a idade da inserção daquele objeto no seu respectivo sistema local. Os significados a eles atribuídos são as características que eles querem preservar, o que corresponde a cristalização já discutida anteriormente. Os atores responsáveis pela patrimonialização indicam o momento e de qual grupo social pensou a ação, importante quando afirmamos que o tempo e o espaço são construções sociais. A relação para com o passado depende inteiramente do grupo social, como visto em Koselleck (2006[1979]), já que a possibilidade de passado é condicionada a experiência. Por fim, o objetivo da patrimonialização, que também dialoga com os atores, pois, retomando o autor alemão, o futuro como expectativa deriva mais

uma vez do grupo social que o pensa. Além disso, essa última categoria diz respeito a função de alegoria ou apresentação, tão importantes ao patrimônio.

Considerando que tanto os espaços e os tempos são criados, a importância da ação para entender a relação entre ambos é grande. Logo, um caminho para interpretar tais dimensões é pensar nos tempos verbais para entender que tempo-espaço está sendo criado e dele derivar relações espaço-temporais. Assim, a partir das análises das categorias supracitadas, é possível imaginar um tempo verbal específico que contenha, em si, as ações que permitam as características observadas nas três dimensões do patrimônio apontadas. Para tentar aplicar essa hipótese de análise, foram selecionados três casos testes.

Os casos de reflexão foram escolhidos a partir de dois critérios. O primeiro foi de que uma aproximação inicial mostrou que, por terem objetivos e objetos distintos, apresentavam uma aparente diversidade enriquecedora das possíveis espacialidades e temporalidades. O segundo foi por serem objetos significantes no que diz respeito tanto a particularidade de seus tombamentos quanto à sua importância nas discussões sobre patrimônio no Brasil, garantindo com isso uma grande quantidade de material de apoio, possibilidades de diálogo com outros trabalhos e maior relevância deste esforço. Os três casos escolhidos são o Parque Nacional de Itatiaia, as cidades históricas de Minas Gerais e o Parque do Aterro do Flamengo.

Para cada caso foi feita uma breve contextualização quando do reconhecimento dos objetos como patrimônio, pontuando a importância do fato para a historiografia do tema no Brasil. Depois, tendo como fonte os documentos oficiais de criação dos mesmos e/ou de pesquisas já realizadas sobre eles, foram traçadas considerações sobre características relevantes sobre cada caso, a partir da análise das dimensões, apoiadas nas categorias já apresentadas, chegando a um “tempo-verbal” e seu conseqüente espaço. É importante frisar que a análise que se segue de forma alguma se propõe a descobrir ou estabelecer a definição definitiva e única de espaço-tempo de cada caso. O que está sendo sugerido é justamente o contrário: a singularidade do patrimônio permite a coexistência (nem sempre pacífica) de múltiplas relações espaço-temporais, e a intenção desse esforço é reconhecer, ou melhor, imaginar, uma delas.

PARQUE NACIONAL DE ITATIAIA

O Parque Nacional de Itatiaia pode parecer uma escolha inusitada à primeira vista, por não estar entre os bens tombados pelo IPHAN dentro de sua categoria de “Patrimônio Natural”. Scifoni (2006b) aponta que a consolidação da categoria “natural” do patrimônio se dá principalmente a partir do final da década de 70, quando a UNESCO passa a reconhecê-la e associá-la ao patrimônio cultural. Contudo, no Brasil, desde a edição do Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, responsável por criar e organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, que se institui em seu primeiro artigo, segundo parágrafo que bens como “os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens” (BRASIL, 1937a) sejam sujeitos a tombamento também.

Foi justamente nesse ano que se criou o primeiro parque nacional com o nome de Parque Nacional de Itatiaia, pelo decreto presidencial nº 1.713 de 14 de junho de 1937 (BRASIL, 1937b). No próprio decreto de criação há menção das terras do Parque como “terras do Patrimônio Nacional” (BRASIL, 1937b). Com inspiração nos Parques Nacionais americanos, a criação do Parque durante o Estado Novo é um marco na história brasileira, apontado como uma tentativa da ditadura de Vargas em consolidar uma unidade nacional. Tanto no campo da conservação (MEDEIROS, 2006) quanto nas discussões sobre patrimônio (DELPHIM, 2004; MAGALHÃES, 2015) o caso de Itatiaia é citado como um exemplo significativo do processo de patrimonialização e de conservação da Natureza.

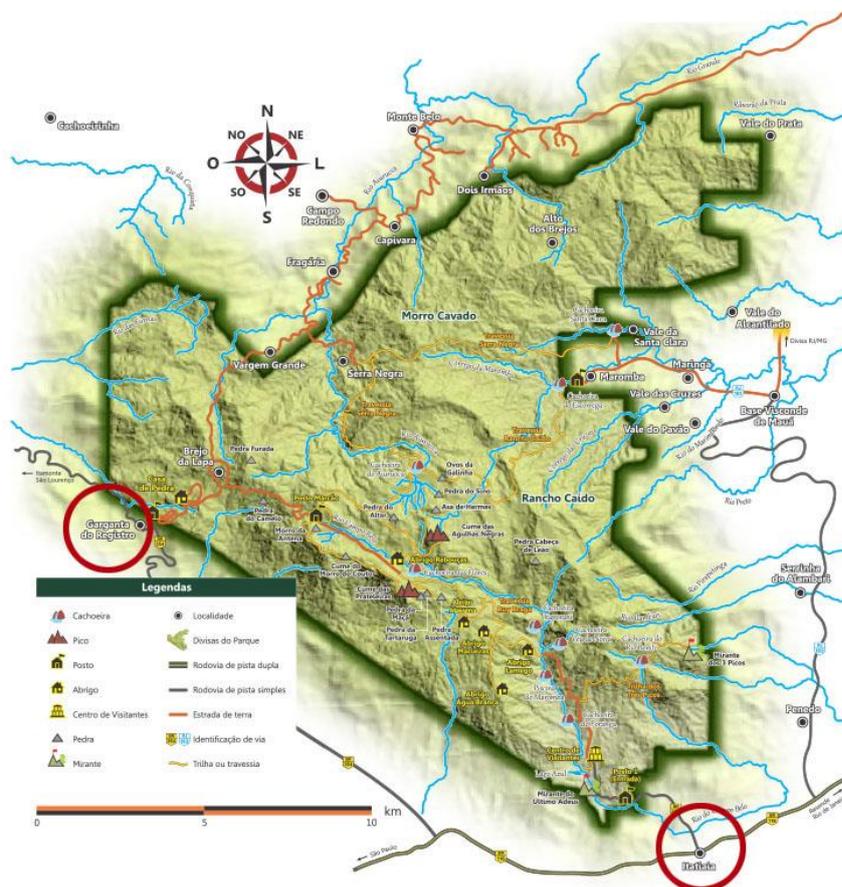
O decreto deixa claro que o objeto de patrimonialização é, além da área em si e sua dimensão geológica, a fauna e a flora do local. O significado atrelado ao objeto é de uma floresta de aspecto primitivo, de matas nativas e “flora inteiramente diversa da de outras montanhas do Brasil, mesmo da de outros contrafortes da Serra da Mantiqueira” (BRASIL, 1937b), ou seja, dá um caráter endêmico ao objeto. Se o governo Vargas é um dos principais atores do caso, também são mencionados cientistas, geólogos e botânicos, brasileiros e estrangeiros, que já estudavam o lugar. O passado a ser preservado é justamente esse tempo do primitivo, do nativo e do singular. Os objetivos da preservação estão explícitos: “[...] proteção à natureza, auxílio às ciências naturais, incremento das correntes turísticas e reserva, para as gerações vindouras, das florestas existentes [...]” (BRASIL, 1937b).

O uso de Parques Nacionais com a intenção de consolidar uma unidade de Nação já é bem tratado na Academia, assim como a consideração dos mesmos como patrimônio (FRANCO, 2013; HERITIER,

2013). É interessante notar que no caso brasileiro, a natureza possui um lugar importante no imaginário nacional até os dias atuais (CARVALHO, 1998), estando presente em praticamente todos os símbolos do país. Essa busca de identidade comum pela natureza nativa, de um destaque pela singularidade da flora e fauna, esbarra na necessária universalidade do caráter científico que uma nação moderna pretende ter (DUARTE, 2005). Essa dualidade está presente no caso de Itatiaia, com a menção de cientistas, brasileiros e estrangeiros, da inspiração norte-americana e do caráter endêmico da natureza da área.

Pensar num tempo verbal para esse caso é difícil, porque o que está implícito ao projeto e ao significado atribuído ao objeto é uma natureza primeva, imóvel, intocada, anterior inclusive a ocupação humana. Ao estudar sobre essas atribuições, Diegues ([1994]2001) vai concluir que a ideia de inviolabilidade e pureza da natureza é um mito moderno produzido principalmente pelas sociedades industrializadas a partir do século XIX. O tempo do mito é um tempo não-cronológico, e o espaço é responsável por cristalizar não só as formas, mas todo o sistema de ações que ali estão presentes. Isso porque o espaço-tempo do mito da natureza intocada é imutável, como se a qualquer momento que visitasse o lugar (fisicamente ou no discurso), o objeto fosse o mesmo.

Figura 1 - Mapa turístico do Parque Nacional de Itatiaia. Notar a indicação de infraestrutura turística que coexiste com a sinalização hidrográfica e morfológica.



Fonte - Parque Nacional de Itatiaia (2021).

O espaço-tempo mitológico serve bem o propósito da patrimonialização no caso de Itatiaia: cristaliza uma natureza primeva, singular e científica, ao mesmo tempo em que, como mito, pode ser presentificada para instruir, exemplificar e criar uma identidade comum. Mas, claramente, não é o único que está contido no patrimônio em questão: como podemos falar de uma natureza primitiva/intocada, mas concomitantemente querer realizar experimentos científicos e turismo no local? Só a existência de trilhas e infraestrutura para visitantes, assim como estações de pesquisa, já demanda outra necessidade de organização espaço-temporal do objeto. Isso sem mencionar as outras formas de apropriação por grupos sociais como, por exemplo, os antigos donos dos lotes que foram desapropriados quando da fundação do parque (BRASIL, 1937b).

AS CIDADES HISTÓRICAS MINEIRAS

Nos trabalhos sobre a historiografia do patrimônio no Brasil, o tombamento das cidades históricas mineiras sempre aparece como marco fundamental da época inicial da atuação do SPHAN⁵ e da consolidação de um imaginário patrimonial nacional (RUBINO, 1996; FONSECA, 2005[1997]). Ouro Preto (1938), São João del Rei (1938), Tiradentes (1938), Serro (1938) e Diamantina (1938), Congonhas (1939), Mariana (1945) e Sabará (1965) são tombados como conjuntos urbanos, a serem preservados em sua integridade, dando a Minas Gerais e ao século XVIII uma concentração relevante de bens tombados nessa época pelo SPHAN (RUBINO, 1996). Também tombados em sua maioria no período do Estado Novo, os conjuntos urbanos representavam para o grupo responsável por sua patrimonialização o barroco mineiro, considerado a primeira arte genuinamente brasileira (CHUVA, 2003).

Podemos considerar como objetos os conjuntos em si: não só a soma individual das construções tombadas, mas a maneira com que estão distribuídos e ordenados. Chuva (2003) frisa o aspecto material da escolha: a busca pela solidez e resiliência dos prédios de pedra dos portugueses, diferente das construções em madeira ou palha atribuídas aos indígenas. O significado atrelado aos objetos seria de conter a primeira arte ou técnica legitimamente brasileiras: o barroco mineiro. Os atores que realizam o ato de patrimonialização são o grupo que controlava o SPHAN na época: figuras como Lucio Costa, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade (FONSECA, 2005[1997]; CHUVA, 2003, 2009). O passado a ser preservado seria o local do suposto nascimento da arte e identidade brasileira, em sua expressão mais pura. O objetivo dos tombamentos era de preservar e reafirmar essa origem.

Caso semelhante ao de Itatiaia, há a busca pela especificidade endógena que teoricamente caracterizaria a origem de uma expressão nacional. Só que no primeiro caso a dualidade entre essa particularidade e a universalidade se dá através da investigação e argumentação científica, a partir da discussão da natureza (DUARTE, 2005). Já no caso mineiro a tensão se dá com a singularidade nacional e a tentativa de enquadramento em uma classificação global a partir de uma conexão para com uma expressão cultural europeia, demonstrada quando da escolha das construções a serem preservadas claramente privilegiarem uma herança portuguesa (RUBINO, 1996; CHUVA, 2003). Não está se negando aqui que a ciência moderna, por mais que se pretenda universal, também seja em sua origem europeia, mas apontando para a diferença nos casos em seu espaço-tempo. Enquanto um se universaliza por um método de ver o mundo, outro busca a comunhão por uma ancestralidade comum.

Outra diferença com o caso anterior é de que, por mais que sirva como exemplo para a criação de um imaginário nacional, o espaço-tempo das cidades históricas mineiras não é imutável, muito menos intocado pelo homem. Pelo contrário, o que se quer valorizar é ação humana, representada pelos objetos tombados, a partir de uma narrativa criada que identifique e apresente tal ação. Inclusive, pode-se pensar que é justamente por conter essa narrativa que adjetivamos esse patrimônio como “histórico”. Assim sendo, não seria correto interpretar o espaço-tempo desses objetos como mitológico.

Fica claro que o tempo-verbal desse caso é um passado, já que se apoia nessa narrativa de ações pretéritas, mas resta pensar qual passado é. Rubino (1996:102) aponta que somente 0,6% dos bens tombados nessa época pelo SPHAN tinham sido construídos durante o século XX e, mesmo o século XIX estava mal representado (18%), quando comparado com o XVIII (54,7%). Há um claro deslocamento temporal pretendido pelos atores da patrimonialização que não escolhe um passado imediato, mas ainda mais antigo. Isso pode ser mais bem compreendido ao considerarmos que tais pessoas participaram do movimento modernista brasileiro⁶.

Gomes (2014[1996]) diz que a modernidade possui três elementos fundamentais: a ruptura com o passado, a imposição do novo e a pretensão de explicação do todo. No caso estudado, parece mais adequado pensar que essa ruptura não é para com o passado como um todo, mas com o passado imediato. Para se impor como o novo, é preciso declarar que o que existe é insuficiente. A eleição do século XVIII como o momento da narrativa a ser apresentada é um apagamento ativo dos séculos posteriores a ele. O que o modernismo parece querer com esse deslocamento é romper com o período da Primeira República (1889-1930), inclusive adjetivada depreciativamente como “Velha” e quiçá com o do

⁵SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), DPHAN (Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) são diferentes denominações ao longo da história da autarquia responsável pela preservação e divulgação do patrimônio material e imaterial do país criada a partir da lei 378 de 1937.

⁶ Há uma discussão mais profunda sobre essa classificação em Rubino (1996) e Chuva (2003, 2009)

Império Brasileiro (1822 – 1889). Logo, a recuperação do século XVII é uma forma de desqualificar o que os modernistas viam como algo a ser destruído. Para legitimar⁷ os discursos e as ações do grupo, o mesmo se usa da prerrogativa da patrimonialização para dizer o que não é algo para se preservar, pois não seria brasileiro: o neoclássico, o eclético, a Art Nouveau ou Déco. Paradoxalmente, busca-se a origem da brasilidade em um momento quando não havia nem Brasil.

O passado que se quer no caso é mais antigo que o passado imediato, que precisa ser destruído ou ignorado. O tempo-verbal adequado a essa necessidade é o pretérito-mais-que-perfeito. Mais do que um longo recuo, ele permite que haja uma divisão espaço-temporal do passado em dois momentos: um que deve ser retomado e valorizado e outro a ser esquecido e combatido. Também determina pontos definidos no tempo e no espaço onde ocorre essa narrativa, que, finita e inscrita, não é aplicável a qualquer momento ou lugar. Assim, permite que se crie uma imagem estável da narrativa a ser apresentada pelos objetos tombados.

Para lograr tanto a criação quanto a manutenção dessa imagem estável, é preciso que se dê uma unidade aos bens patrimonializados. Daí a importância do conjunto e o apelo uma estética singular. O esforço em criar essa imagem homogênea para o grupamento de objetos fica expresso numa normatização que impede a existência de outras construções que expressem outros passados, mais recentes, que se quer apagar. Ele também fica evidente na formação ativa de consensualidade por parte dos atores do tombamento e gestão sobre o que caracterizaria o barroco mineiro, além de uma padronização de métodos de conservação e preservação (CHUVA, 2003).

A procura da estabilidade da imagem não impede que outras apropriações se deem no local. Algumas práticas até são estimuladas, como o turismo, porque a unidade da imagem torna sua comercialização mais fácil, o que potencializa o consumo turístico (CIFELLI, 2005; CARLOS, 2017). O turismo nas cidades mineiras, ao contrário de Itatiaia, não quebra a expectativa espaço-temporal do patrimônio, pelo contrário, reforça-o. As formas do turismo, como hotéis, museus, etc., ou são adequadas a estética da imagem ou são contemporâneas, causando a ruptura necessária entre o passado exposto e o presente.

Outras apropriações causam mais conflitos, porém. O par turismo-patrimônio, por mais que converse bem entre si e seja uma importante fonte de renda para região, causa atritos aos próprios moradores da mesma (CIFELLI, 2005). A estabilidade da imagem só é conseguida no controle de construção e na ativa manutenção de formas, algo custoso e de difícil gestão. A expressão “local congelado no tempo” pode tanto ter um sentido bucólico, saudosista e carinhoso quanto um desespero ante o pouco dinamismo, a imutabilidade das formas e o engessamento do sistema de objetos e de ações.

Figura 2 - Ouro Preto. Notar a importância da estabilização e homogeneidade do conjunto construído para a composição de uma paisagem a ser preservada.



Fonte - IPHAN, s.d.

Um conflito adicional se dá pela narrativa ter se consolidado a partir da visão de um grupo específico, feita de cima para baixo, não contemplando todas as demandas de parcelas significativas tanto da população

⁷ A legitimação também se dava quando os modernistas viam no barroco brasileiro traços da “modernidade”, por supostamente romper com o gótico (CHUVA, 2003:327). Reconhecia-se na pretensa origem da identidade brasileira características do então movimento modernista, promovendo este como verdadeiramente nacional, em detrimento de outras correntes contemporâneas e/ou imediatamente anteriores a esses atores.

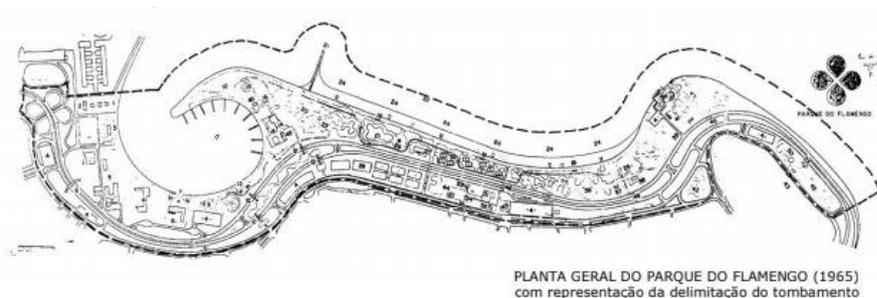
local, quanto de outros grupos interessados (CIFELLI, 2005; SOUSA, 2018). Não é de se espantar que haja pressão para uma incorporação de outros objetos e significados nessa narrativa e na imagem estabilizada, como, por exemplo, o papel dos negros na produção dos objetos e do sistema de ações alvos da patrimonialização. Outro movimento é a realização e reafirmação de tradições como festas e rituais como o Congado (SOUSA, 2018), que, além de visibilizar a existência de sistema de ações e objetos apagados, quer ligar esse passado congelado com o presente, como continuidade, entrando em claro conflito com o espaço-tempo do pretérito-mais-que-perfeito.

O PARQUE DO FLAMENGO

O Parque Brigadeiro Eduardo Gomes, mais conhecido como Parque do Flamengo ou Aterro do Flamengo, possui mais de 1.200.000 m² de área verde à beira-mar e, além de inúmeras quadras poliesportivas, outros mobiliários urbanos requisitados e pistas de alta velocidade para carros, abriga um dos importantes projetos paisagísticos de Roberto Burle Marx. Situado e servindo de ligação entre o Centro e a Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, o antigo projeto do Plano Agache foi o ícone das transformações do espaço carioca em pleno processo de perda da condição de capital do Brasil nos anos 60 (MENEZES, 2017). Também é um marco nas discussões de patrimonialização, sendo um dos primeiros que mobilizam o aspecto paisagístico como um valor a ser preservado (MAGALHÃES, 2015), discussão que nos anos posteriores iria ganhar uma grande dimensão no Brasil e no mundo.

Inaugurado em 1965, data comemorativa dos 400 anos da cidade carioca, o Parque representa um esforço do então governador do recém-criado Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, em reinventar o Rio de Janeiro, a partir de um projeto de modernização (CHUVA, 2017). A disputa simbólica sobre a centralidade e capitalidade a nível nacional e internacional somava-se à confusão causada pela ruptura democrática do Golpe Militar de 1964. As incertezas institucionais da Ditadura, acrescidas às disputas políticas sobre a gestão da cidade provocaram um fato curioso: o Parque foi tombado, em 20 de abril de 1965, antes mesmo de ser inaugurado, em 12 de outubro de 1965.

Figura 3 - Plano do Parque do Flamengo Perímetro do tombamento. Representação do perímetro de tombamento sobre a planta geral (1965), assinalando a faixa de 100 metros em toda a extensão litorânea do Parque do Flamengo, margeado por praias artificiais e pedras [MINC/IPHAN/6^oSR].



Fonte - OLIVEIRA, 2006.

O objeto tombado não é só o Parque e suas 46 construções listadas, mas também a área marítima abrangida pelo parque até 100 metros da praia, sugestão do responsável pela patrimonialização, o arquiteto Paulo F. Santos, para “evitar que se possam erguer ali no futuro construções espúrias que igualmente poderão sacrificar a beleza do conjunto” (IPHAN, 1965, p.31). Os significados atrelados aos objetos tombados são os valores que o modernismo carioca decidira propagar: uma nova forma ordenada de comportamento e de vivência da sociedade na cidade. Ou seja, o patrimônio representaria essa proposta de nova vida e suas normas e estéticas.

Os atores da patrimonialização, além do corpo do DPHAN, na figura de Paulo F. Santos, Lúcio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade, são os próprios responsáveis pela obra, como o arquiteto Affonso Eduardo Reidy, o paisagista Roberto Burle Marx e a Presidente do Grupo de Trabalho Maria Carlota de Macedo Soares e o então governador da Guanabara Carlos Lacerda. A participação desses atores é

atestada no próprio documento de patrimonialização (IPHAN, 1965). É do governador a iniciativa em pedir que se tombe o Parque, e, em sua carta, Maria Carlota afirma que “Foi sempre a intenção do Grupo de Trabalho desde o começo da planificação, de promover a Fundação do Parque do Flamengo, e de pedir ao digno Patrimônio Histórico e Artístico o Tombamento da área.” (IPHAN, 1965, p.4). A relação com o passado é menos evidente, até porque o objeto é tombado antes mesmo de ser inaugurado. Nesse sentido, o tombamento não olha para o passado para recuperá-lo, antes se recusa a enxergá-lo e mira o futuro. O objetivo da patrimonialização é proteger e manter o Parque, sua paisagem e o serviço social que proporciona.

A urgência do tombamento pode ser explicada pelo medo em igual intensidade de que o projeto original ou o conceito que o baseou sofresse uma intervenção externa que compromettesse sua unidade. Maria Carlota Soares indica dois grandes perigos ao projeto: a especulação imobiliária e a leviandade do poder público na conservação ou aplicação dos planos (IPHAN, 1965, p.4). A primeira se justifica por ser uma área extremamente valorizada, que até hoje causa conflitos, com inúmeros projetos de incorporação sendo tentados ao longo dos anos (CHUVA, 2017; MENEZES, 2017). A segunda ganha um caráter especial quando pensamos no contexto político já discutido de uma ruptura democrática. Faz sentido que os atores busquem rapidez em garantir a preservação ante as incertezas que a natureza de uma ditadura provoca. Mas, retomando Koselleck (2006[1979]), o temor também parece ser engendrado pelo conhecimento dos atores do passado da cidade, e até mesmo do processo da construção do Aterro.

O Parque foi construído a partir do desmonte do Morro de Santo Antônio, um dos quatro principais morros que delimitavam o Rio de Janeiro Colonial. A rápida demolição do Morro, mesmo com seu casario centenário, e o uso do mesmo para aterrar a Baía é um dos muitos exemplos que caracterizam a historiografia da cidade do Rio de Janeiro: o incessante avanço do homem ante o mar, a baía, o palude, as lagoas e o mangue. O próprio Aterro foi uma obra que avançou a linha de costa da Avenida Beira-Mar, também originada de aterros e com nome que fica até impróprio devido sua nova condição. Assim, os atores da patrimonialização sabiam que, mesmo se o Parque conseguisse evitar uma intervenção direta sobre si, outros avanços sobre as águas da baía seriam possíveis. A indicação de tombamento de 100 metros da área marítima que costeia o Parque é o reconhecimento e uma busca de proteção a isso, congelando o Aterro como o valorizado espaço de interface entre as águas da baía e a cidade e o que dita as formas de relações entre ambas.

Pensando em um tempo verbal para o caso, fica claro que há nesse patrimônio um direcionamento para com o futuro, tanto as expectativas e os objetivos, quanto as preocupações. Não parece ser o passado ou mesmo o presente a mobilizar a narrativa do tombamento. Mas, ao mesmo tempo, não é possível afirmar que os atores desconheçam o passado, ele está ali para justamente basear essas expectativas, objetivos e preocupações. A opção em inscrever o Parque como “jardim histórico” na Lista de Bens Tombados (CHUVA, 2017, p.145) não pode ser ignorada, tampouco o congelamento do Parque como interface da baía, evitando novos aterros no local.

Não podemos então falar de um futuro simples. A necessidade do patrimônio em ser conservado e ao mesmo apresentado, quando aplicado ao caso do Aterro do Flamengo, permite que se pense em um tempo verbal até então inexistente: o pretérito do futuro. A proposta de congelamento e manutenção do Parque, que ainda não existia, é uma proposta de criação de um passado para o futuro. Mas, ao contrário do caso das cidades mineiras, os atores não vão buscar no passado deles e sim em seu respectivo futuro próximo. Da mesma forma que o passado, no caso anterior, era dividido em dois, o futuro aqui também o é. Há o primeiro futuro, o de conclusão do Parque, no qual o patrimônio deve ser congelado e apresentado a fim de servir de passado instrutor e pedagógico para o homem moderno de um segundo futuro, ainda mais distante.

É interessante notar o constante apelo ao que tanto os responsáveis pela construção quanto o corpo do DPHAN denominam de serviço público ou social para justificar o tombamento do Parque. Se valores como a conservação estética e paisagística podem atualmente serem mais comuns à discussão sobre patrimônio, há menção a um caráter recreativo, de tráfego e educacional. Os espaços de recreação e de circulação eram duas das quatro grandes categorias funcionais no planejamento urbano moderno. Outra característica do movimento é a expectativa do reordenamento espacial provocar um reordenamento social. O espaço para o modernismo carioca tem uma função didática: não é criar um novo espaço para um novo homem, mas criar o homem moderno a partir do novo espaço. Com o tombamento, queria se evitar que fosse desvirtuado esse modelo pedagógico de espaço e tempo proposto à sociedade, expresso pelo objeto ainda não finalizado. O perigo de destruição e a urgência da conservação, dualidade constitutiva do patrimônio já debatida aqui a partir de Gonçalves (2004 [1996]), nesse caso não se aplica a um passado que se quer preservar, mas a um futuro que se tenciona propor. Não há medo em se perder

algo que já existe, mas sim a possibilidade de mudar a sociedade como um todo. O que realmente se quer proteger é esse projeto de sociedade moderna do futuro, um projeto com que critérios “ainda muito pouco compreendidos pelas administrações e pelos particulares” (IPHAN, 1965, p.4).

A destruição e homogeneização do passado característica da patrimonialização não somem: nesse caso se aplicam ao futuro. A cristalização do Parque é feita pensando em um futuro particular, não qualquer futuro. O passado do futuro pensado não é para qualquer homem moderno, mas para um que tivesse comportamentos e valores específicos e desejados pelos atores. O que se quer é a imposição de um futuro comum a toda sociedade: o futuro considerado “correto” pelos atores do processo de tombamento. Com essa pretensão totalizante, somada ao rompimento com o passado e a imposição do novo, estão caracterizados os elementos fundamentais do fato moderno segundo Gomes (2014[1996]), como visto.

A originalidade desse tempo verbal não o impede de causar conflitos em suas coexistências no patrimônio. Assim, outras visões das formas de comportamento e uso dos espaços públicos como os parques no Rio de Janeiro (GOMES, 2018) foram se impondo, nem sempre pacificamente, modificando a infraestrutura então presente, seja removendo construções, refuncionalizando-as ou instalando novos mobiliários. Da mesma forma, a tentativa de definir os valores, a significação e as condutas na interface água e cidade, tão importante na cidade carioca, cria conflitos com o uso e a apropriação de outros grupos sociais ou perde força ante a outros lugares com maior visibilidade e peso nessa discussão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessária espacialidade do Patrimônio torna o fenômeno um campo fértil de pesquisa para a Geografia. Embora a área ainda esteja aumentando o peso de sua representação na interlocução sobre o tema, é visível sua capacidade em contribuir para as discussões a partir do seu ponto de vista espacial. Tanto a incorporação aos debates sobre patrimônio de conceitos já consolidados na disciplina, como a escala, o território e a paisagem, quanto os questionamentos referentes ao ordenamento espacial dos objetos tombados e das estratégias e ações de patrimonialização são contribuições pertinentes da Geografia ao campo.

O artigo demonstra que o patrimônio em si é um fenômeno interessante e estudá-lo contribui para pensarmos a própria Geografia e suas categorias, principalmente no que diz respeito as relações espaço-temporais. Por atribuir ao menos duas novas funções aos objetos tombados, a de conservar e a de apresentar, a patrimonialização acaba exigindo um novo ordenamento no espaço e no tempo que se sustente racionalmente em consonância para com a respectiva função. Essa nova função gera novos espaços-tempos nos quais a percepção, ordenação, descrição e análise espaço-temporal do fenômeno observado se diferenciam. O patrimônio exige, portanto, a coexistência de espaços e tempos diferentes em um mesmo objeto.

Essa característica é compartilhada na conservação ambiental. Ambos os fenômenos se apoiam em propostas de criação de espaço-tempos singulares, que precisam ser ao simultaneamente separados do(s) cotidiano(s) como incorporados ao(s) mesmo(s). Nesse sentido, concorda-se com Ribeiro e Steiman (2019) quando afirmam que os campos do patrimônio e da conservação ambiental possuem diversos pontos convergentes, principalmente no que tange aos agentes, práticas e discursos. Há um evidente ganho para os profissionais de ambas as áreas com o aumento do intercâmbio de informações, conceitos e estudos de casos.

A sugestão de reflexão através de uma imaginação arrazoada pela ideia de narrativa pensou nos casos selecionados a partir de tempos verbais. No primeiro caso, o espaço-tempo mitológico sugere uma forma de apropriação diferenciada, porque não é cronológica e exige que seu sistema de objetos e de ações sejam congelados, não havendo mudança possível porque o mito tem de ter a capacidade de ser reproduzido a qualquer momento, garantindo sua capacidade explicativa e pedagógica. No segundo caso, o pretérito mais que perfeito sugere o trabalho de criação de uma imagem a partir de uma narrativa que, simultaneamente petrifica o passado mais antigo e apaga o mais recente. Mais do que congelar um espaço-tempo no passado, só permite as ligações desse espaço-tempo com o presente que sejam diretas, evitando transitar pelo passado a ser esquecido. No terceiro caso, há a possibilidade de pensar num tempo verbal inédito, o pretérito do futuro, onde se quer estabilizar e conservar partes do futuro próximo para que este seja um passado pedagógico formador de um futuro distante almejado.

Essa proposta de encarar os casos também auxilia a pensá-los, não só em uma discussão na Geografia. Se nem sempre é a única forma de visibilizar e delinear os conflitos, aos menos é uma proposta de vê-los

de outro ponto de vista e pensá-los em outros termos. Assim, os conflitos de Itatiaia podem ser entendidos também como a incongruência de um espaço-tempo mitológico, inalterável e sempre presentificável e o turismo e a pesquisa, que demandam dinâmicas próprias. De forma semelhante, as disputas pelo patrimônio das cidades mineiras podem ser vistas a partir da tentativa de se consolidar uma imagem de um pretérito-mais-que-perfeito homogênea e dos esforços tanto de modificá-la, incluindo nessa imagem personagens, ações e objetos anteriormente preteridos, quanto de resgatar esse passado como uma continuidade, expressa na retomada de práticas e rituais regulares. Por último, a pretensão dos atores do Aterro de criar um pretérito do futuro, para educar a sociedade e torná-la moderna, acaba por tentar impor um futuro único, o que causa conflitos quando da mudança e incorporação de novos usos e apropriações da sociedade que não estavam planejados pelos atores do tombamento.

É importante reiterar que de forma alguma está se advogando que essas são as únicas interpretações dos casos escolhidos. O artigo tem como objetivo apontar um campo para a Geografia se debruçar, tanto para contribuir nas discussões sobre o Patrimônio quanto para autorreflexão. Assim, o texto é um convite à pesquisa e ao debate não só entre os geógrafos, aproveitando-se de o fenômeno ter como característica a trans e interdisciplinaridade, o que permite proveitosas e enriquecedoras interlocuções com outros campos científicos.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço a Rebeca Steiman e a Rafael Ribeiro pelas discussões, referências e indicações. Agradeço aos comentários, sugestões e críticas dos pareceristas, que muito contribuíram à versão final do artigo. Os erros que permanecem são de minha responsabilidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras**, Geografia I série, vol. XIV, Universidade do Porto, Portugal.1998.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. 1937a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm

BRASIL. **DECRETO nº 1.713 de 14 de junho de 1937**. Crea o Parque Nacional de Itatiaia. Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/6/1937, Página 13141. 1937b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1937/D01713.html

BOURDIEU, P. **Homo Academicus**. Paris: Editions de Minuit, 2005. 317 p. Ano original de publicação: 1984.

BROWN, J. C.; PURCELL, M. There´s nothing inherent about scale: political ecology, the local trap, and the politics of development in the Brazilian Amazon. **Geoforum**, 36: 607-624, 2005. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2004.09.001>

CANCLINI, N.O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, N. 23, 1994.pp. 95-111.

CARLOS, A, F. A. Turismo e patrimônio: um aporte geográfico. In: PAES, M. T. D. (org.); SOTRATTI, M. A. (org.) (Eds.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**: identidades, usos e ideologias. 1. ed. [s.l.]: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, p. 27–43. https://doi.org/10.14195/978-989-26-1475-5_3 Disponível em: <<https://digitalis.uc.pt/handle/10316.2/43429>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

CARVALHO, J. M. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** 13(38), 1998. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091998000300004>

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. 282p.

CHUVA, M. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **TOPOI**, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, pp. 313-333. <https://doi.org/10.1590/2237-101X004007004>

_____. **Os Arquitetos da Memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009

_____. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, p. 147-166, 2012.

_____. Parque do Flamengo: projetar a cidade, desenhando patrimônio. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 25, n. 3, p. 139-166, 2017. <https://doi.org/10.1590/1982-02672017v25n0305>

CIFELLI, G. Turismo, patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto – MG. 220 p. **Dissertação** (Mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2005.

CRANG, M. Time: Space. In: CLOKE, Paul; JOHNSTON, Ron (Org.). **Spaces of geographical thought: Deconstructing Human Geography's Binaries**. London: SagePublications, 2005. p. 199-220. <https://doi.org/10.4135/9781446216293.n10>

DELPHIM, C. F. M. **O Patrimônio Natural no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 18 p. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/uploads/.../Patrimonio_Natural_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 10 agosto 2019.

DI MÉO, G. Patrimoine et territoire, une parenté conceptuelle. *Espaces et sociétés*, vol. 78, no. 4, 1995, pp. 15-34. <https://doi.org/10.3917/esp.1994.78.0015>

_____. Processus de patrimonialisation et construction des territoires. **Colloque "patrimoine Et Industrie En Poitou-charentes : Connaître Pour Valoriser"**, Poitiers-châtelleraut, v. 1, n. 1, p.1-19, set. 2007.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. 169 p. Ano Original de Publicação 1994.

DUARTE, L. F. D. La nature nationale : entre l'universalisme scientifique et la particularité symbolique des nations. **Civilisations**, [s.l.], n. 52-2, p.21-44, 1 jun. 2005. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/civilisations.752>

EUROPE, C. O. **European landscape convention**. Report and convention. 2000

FONSECA, M. C L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC- IPHAN, 2005[1997], 295p

FRANCO, J. L. A. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade. **História** (São Paulo), 32(2): 21-48, jul./dez. 2013, ISSN 1980-4369. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742013000200003>

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014[1996]. 368p.

_____. **Quadros Geográficos**: uma forma de ver, uma forma de pensar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017. 158 p

_____. Considerações acerca dos espaços públicos e suas variações no tempo e no espaço. In: SERPA, A.; CARLOS, A, F. A. (Org.). **Geografia urbana**: desafios teóricos contemporâneos. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2018, v. 1, p. 300-.

GONÇALVES, J. R. O patrimônio como categoria de pensamento, ensaios contemporâneos. IN: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e patrimônio, ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: D.P&A, 2003.

_____. **A retórica da perda**: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ, 2004 [1996].

GONÇALVES, C. e CURADO, M. **AS POLÍTICAS DA PAISAGEM DEPOIS DA CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM**, 2017.

- HÉRITIER, S. Le patrimoine comme chronogenèse. Réflexions sur l'espace et le temps. **Annales de géographie**, 2013/1 (n° 689), p. 3-23. DOI : 10.3917/ag.689.0003. <https://doi.org/10.3917/ag.689.0003>.
- HERTZOG, A. Les géographes et le patrimoine. **EchoGéo**, n. 18, 2011. <https://doi.org/10.4000/echogeo.12840>. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/echogeo/12840>>. Acesso em: 26 set. 2019.
- HOBBSAWM, E. RANGER, T.(Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1997.
- IPHAN. **Processo nº 748-T-64. Parque do Flamengo**. DPHAN/DET, Seção de História. Vol.1, 1964. Disponível em: <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/5515>. Acesso em: 19 de nov. 2019.
- IPHAN. Portal do Iphan, s.d. Disponível em: <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/5515>
- JEUDY, H. P. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. 157p
- KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. 368 p.
- LEAL, C. F. B. Patrimônio da Humanidade e patrimônios nacionais. In: IPHAN. **A questão nacional no Iphan**. Anais da III Oficina de Pesquisa. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010, pp. 47-60.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Unicamp. Campinas, 1990.
- _____. Na Idade Média: tempo da Igreja e o tempo do mercador. In: _____. **Para um novo conceito de Idade Média**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 43-60.
- MAGALHÃES, C. M. O desenho da história no traço da paisagem: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil - memória, inventário e salvaguarda. **Tese** (Doutorado em História). Departamento de História/Unicamp, 2015.
- MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: BertrandBrasil, 2008. 312 p.
- MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**. V. IX, n. 1. jan/jun 2006, p. 41-64. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2006000100003>
- MELO FILHO, D. C. de. Patrimônio como Recurso Político: Disputas Por Reconhecimento, Fortalecimento e Geopolítica Entre Unesco e Cabo Verde. 2017. 236 f. **Tese** (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- _____. Patrimônio: entre escalas geográficas e espaços políticos. **Revista de Geografia** (Recife), v. 35, n. 1, 2018. <https://doi.org/10.51359/2238-6211.2018.234411>
- MENEZES, M. L. P. O Aterro e o Parque do Flamengo. 50 anos de espaço público. Sucessos e conflitos. **Biblio3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 0, n. 0, 2017. Disponível em: <<http://revistes.ub.edu/index.php/b3w/article/view/26422>>. Acesso em: 17 fev. 2020.
- NORA, P. Entre mémoire et histoire. In (Org.). **Les lieux de mémoire**. Vol. 1. La République. Paris: Gallimard,1984.
- OLIVEIRA, A. R. Parque do Flamengo: Instrumento de planificação e resistência. **Arquitextos**, São Paulo, ano 07, n. 079.05, Vitruvius, dez. 2006 Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.079/288>>.
- PAES-LUCHIARI, M. T. D. Patrimônio Cultural, Turismo e Identidades Territoriais: um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. G. (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 162-176.
- _____. Centros históricos- Mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. **Geographia**, [s.l.], v. 7, n. 14, p.43-58, 4 fev. 2010. Pro Reitoria de Pesquisa, PosGraduacao e Inovacao - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/geographia2005.v7i14.a13490>.
- PARQUE NACIONAL DE ITATIAIA. Parque Nacional de Itatiaia. Disponível em: <https://parquedoitatiaia.tur.br/>
- PIVETEAU, J. Le territoire est-il un lieu de mémoire ? **Espace Géographique**, [s.l.], v. 24, n. 2, p.113-123, 1995. PERSEE Program. <http://dx.doi.org/10.3406/spgeo.1995.3364>.

POULOT, D. A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, p. 27-45, 2012.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007. 152p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1_PaisagemCultural_m.pdf.

RIBEIRO, R; STEIMAN, R. **Patrimônio ambiental e cultural: uma geografia da conservação**. 21 mar. 2019, 28 jun. 2019. Notas de Aula.

RUBINO, S. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, 1996.

SANTOS, C. R. dos. A noção de patrimônio e a origem das ideias e das práticas da preservação no Brasil. **Vitruvius**, São Paulo, 2012.

SANTOS, M. Técnica, **Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 1996.

SCIFONI, S. Os diferentes significados do patrimônio natural. **Revista Diálogos**, Maringá, v. 10, nº 3, p. 55-78, 2006a. <https://doi.org/10.4025/dialogos.v10i3.86>

_____. A construção do patrimônio natural. 2006. **Tese** (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006b. <https://doi.org/10.11606/T.8.2006.tde-27122006-104748>

_____. Patrimonialização da natureza: atualizando o debate. In: BENJAMIN, A. V. de C.; ESPEJEL, O.; JULIANO, T. (Org.). **Perspectivas patrimoniais: natureza e cultura em foco**. 1ed. Curitiba: Editora Prismas, 2018, v. 1, p. 37-62.

SOUSA, P. P. A. de. Que Geografias Lembrar? Paisagens, Lugares e Itinerários Simbólicos da Negritude em Ouro Preto - MG. 2018. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

VESCHAMBRE, V. Patrimoine : un objet révélateur des évolutions de la géographie et de sa place dans les sciences sociales. **Annales de géographie**, v. 656, n. 4, p. 361, 2007. <https://doi.org/10.3917/ag.656.0361>

Recebido em: 09/03/2021

Aceito para publicação em: 12/10/2021